



ACÇÃO SOCIALISTA

ENTREVISTAS



**CÂNDIDO MOREIRA**  
PRESIDENTE ANAFRE  
PÁGS. 8 E 9



**JOSÉ MANUEL RIBEIRO**  
PRESIDENTE CM VALONGO  
PÁG. 10



# É TEMPO DE MUDAR

## CONVENÇÃO NOVO RUMO

PÁGS. 4 E 5



SUBSCREVA EM  
[www.novorumoparaportugal.pt](http://www.novorumoparaportugal.pt)



# Quente & Frio



## A ESCALDAR PROPAGANDA E MENTIRAS

Está em marcha a maior ofensiva de propaganda que já existiu na história da democracia. A denúncia foi feita por António José Seguro, no último debate quinzenal, onde o líder do PS acusou o primeiro-ministro de passar a vida “a enganar os portugueses”, falando em “milagre económico” e de “um país das maravilhas”. Mas a realidade, frisou Seguro, é a de um país onde há mais de 800 mil portugueses desempregados, 200 mil portugueses que emigraram, 310 mil portugueses inativos e uma dívida superior a 200 mil milhões de euros.



## QUENTE DESPEDIMENTOS “A LA CARTE”

Sem diálogo, sem concertação social, o último Conselho de Ministros aprovou novas regras para os despedimentos por extinção do posto de trabalho, pondo nas mãos dos empregadores todos os poderes e discricionariedade na escolha dos trabalhadores a mandar para o desemprego. Basta ver que o critério principal passa a ser a avaliação de desempenho, que, curiosamente, é feita pela entidade patronal. Assim, os empregadores passam a ser juízes em causa própria. E os trabalhadores sem quaisquer hipóteses de contestar esta discricionariedade. Mais um passo de gigante para alterar as relações a favor do mais forte: a entidade patronal. É mais uma machadada nos direitos dos trabalhadores e na propalada concertação social.



## FRIO O LOBO, O CORDEIRO E O COELHO

Um lobo com vestes de cordeiro. Foi desta maneira que Passos Coelho se tentou apresentar recentemente como o defensor do consenso: diz ele, qual politólogo, qual sociólogo que a participação dos cidadãos nas eleições aumentaria se houvesse um consenso entre os três partidos do chamado arco da governação. E tudo isto vindo do chefe de um Governo que tem como imagem de marca a ausência de procura de consensos e de concertação social. Será que o líder laranja não sabe que são políticos como ele, que chegados ao poder fazem tudo ao contrário do que prometem, que mais contribuem para o descrédito dos cidadãos na política, com o consequente aumento da abstenção?



## GELADO ÁGUAS NÃO ESCAPAM À SEDE DE NEGOCIATAS

Na sua cruzada contra tudo o que é público e que serve o bem comum, o Governo prepara-se para criar as condições para a privatização da empresa Águas de Portugal. E o primeiro passo, o balão de ensaio desta direita dos interesses que nos governa, foi dado com a privatização da EGF, a sub-holding da Águas de Portugal, uma empresa rentável que gere os resíduos sólidos. ■ J. C. CASTELO BRANCO

ANTÓNIO JOSÉ SEGURO

“Existe um amplo consenso político e social no país sobre a necessidade de rigor nas contas públicas e de disciplina orçamental”



## Portugal está hoje mais pobre

O único resultado do plano de ajustamento, ao contrário do que o Governo quer fazer crer, não conduziu, ao longo destes quase três anos, a um ajustamento sustentável, mas ao empobrecimento, defendeu António José Seguro na conferência “The Lisbon Summit”, organizada pela revista britânica “The Economist”, que decorreu numa unidade hoteleira de Cascais.

Seguro lembrou que a dívida aumentou neste período mais 25 mil milhões de euros do que o inicialmente previsto e que se há alguns indicadores positivos na economia portuguesa, “apenas se devem ao consumo privado e não às exportações”.

As exportações, disse, estão a desacelerar e as importações a aumentar, lembrando que a taxa de desemprego continua em níveis insustentáveis, com mais de 200 mil portugueses a emigrarem todos os anos, com o país a voltar ao panorama dos anos 60.

Como exemplo do falhanço da estratégia económica e financeira seguida pelo Governo, o

líder socialista recordou que o acordo com a troika previa um défice de 3% para 2013, tendo esse valor ficado porém “pelo menos” em 5,2%, “cerca de mais três mil milhões de euros em termos brutos acima do estimado”.

Portugal está mais pobre e desigual, garantiu o secretário-geral socialista, acusando o Executivo de Passos Coelho de ser o responsável pela descrença dos portugueses no futuro.

O que separa o Governo do PS, sublinhou, é a “estratégia económica e financeira” seguida pelo Executivo de Passos Coelho e Paulo Portas, susten-

tando que a solução não passa pela continuação da mesma receita, mas por uma mudança de rumo.

Seguro criticou depois o que classificou de “egoísmos” nacionais na União Europeia, considerando “insuportável” a taxa de referência da dívida portuguesa, algo que não pode continuar numa Europa em que “uns ganham à custa dos outros”.

Recordou ainda que Portugal tem vindo a pagar caro as taxas de juro pelo seu financiamento, enquanto a Alemanha, por exemplo, só em 2013 poupou cerca de 42 mil milhões de euros, por as suas taxas de juro estarem muito baixas. ■ R.S.A.

## ACÇÃO SOCIALISTA HÁ 30 ANOS



8 FEVEREIRO 1984

## 18,5% DE AUMENTOS NA FUNÇÃO PÚBLICA

“18,5% de aumentos na Função Pública” era um dos títulos de 1ª página da edição de 8 de fevereiro de 1984 do “AS”. No interior, a notícia detalhada sobre os termos deste acordo histórico relativo à revisão dos salários e das pensões para o sector, feito entre o Governo do Bloco Central, liderado por Mário Soares, e a FESAP (UGT). A 1ª página do órgão oficial do PS destacava ainda a forte atividade dos socialistas em várias frentes. ■ J. C. C. B.



# Em 2013 a recessão foi de 1,4%

Contrariamente ao que o Governo tenta argumentar, a recessão em 2013, segundo dados do INE, foi pior do que o que estava previsto. De facto, conforme o relatório do Orçamento do Estado de 2013, as previsões governamentais apontavam para uma recessão de 1%. O Governo falhou também nesse objetivo e derrapou 40% face ao previsto.

Ou seja, em três anos o país perdeu 6% do produto. Grosso modo, só em 2013 o país perdeu 2300 milhões de euros, mais 660 milhões de euros do que o Governo previa. O argumento do Executivo de direita de que a situação, apesar destes dados, é melhor do que o previsto tem em conta que o agravamento da situação económica no país tinha levado a que a previsão de recessão tivesse sido revista para 1,8%. Tal só ocorreu porque a previsão inicial do Governo era totalmente irrealista, como denunciado por todas

as entidades. Por outro lado, o Governo valoriza o facto de no 4º trimestre de 2013 ter havido um crescimento de 1,6% face ao trimestre homólogo do ano anterior, o que é uma novidade em três anos. O próprio INE revela que "esta evolução foi determinada, em larga medida, pela recuperação da procura interna, que apresentou um contributo positivo para a variação homóloga do PIB, o que não se verificava desde o 4º trimestre de 2010". Ou seja, o que fez aumentar o PIB no último tri-

mestre de 2013 não foram as exportações nem o investimento, mas sim o consumo interno. O único fenómeno económico novo nesse trimestre foi a devolução do subsídio de Natal (ou de férias, embora pago no final do ano e não no mês devido). Em 2011, o Governo cortou meio subsídio a cada português, em 2012 cortou o subsídio aos pensionistas e aos funcionários públicos, mas em 2013 o Tribunal Constitucional obrigou à reposição do subsídio. O desempenho da economia no final de 2013 não decorreu, pois, de nenhuma medida de política económica implementada pelo Governo, mas antes do facto de ter sido obrigado a recuar nas suas medidas de austeridade. Recorde-se que o défice previsto para 2013 era de 4,5% e acabou por ser de cerca de 5,8% sem medidas extraordinárias. ■ R.S.A.

**6%** DO  
PRODUTO

**FOI O QUE O PAÍS  
PERDEU NOS ÚLTIMOS  
TRÊS ANOS**

**Nestes três anos de  
governança, temos uma  
forte recessão.**

	Tx Variação Anual (%)		
	2011	2012	2013
ER 4º Tri. 2013	-1,3	-3,2	-1,4

**“ Nos últimos dias, com a maior desfaçatez, revelando uma falta de coerência e ainda uma prática que nada tem a ver com os atos, o primeiro-ministro tem vindo a apelar ao consenso com o PS**

## EDITORIAL GOVERNO DE FALSETE



**Marcos Sá**

f marcos.sa.1213  
t @marcossa5

Nos últimos dias, com a maior desfaçatez, revelando uma falta de coerência e ainda uma prática que nada tem a ver com os atos, o primeiro-ministro tem vindo a apelar ao consenso com o PS.

Um discurso de Passos Coelho, que, como bem denunciou o nosso secretário-geral, António José Seguro, contraria a prática que o Governo tem vindo a levar a cabo. Um discurso para a galeria sem correspondência com a realidade.

E os exemplos estão aí para o demonstrar: o Governo não aceitou as propostas do PS para que ficasse bem claro na lei de bases do ambiente que não haveria a privatização da água; o Governo enviou para Bruxelas o acordo de parceria sobre fundos comunitários sem ouvir o PS; o Governo teima na privatização da EGF, uma empresa que dá lucro, do Grupo Águas de Portugal, cuja venda a particulares não estava prevista no memorando de entendimento; e o Governo aprovou novas regras para os despedimentos sem consenso dos representantes dos trabalhadores.

Eis como a prática deste Governo contraria o falso discurso do primeiro-ministro sobre consensos.

Nota final: A privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF), uma subholding da Águas de Portugal, que gere o tratamento de resíduos e é altamente rentável, constitui o primeiro passo para a privatização da água. Uma intenção do Governo de direita que é preciso denunciar em nome do interesse nacional!

A questão da água, um bem escasso e fundamental para a vida humana, assume um papel crucial num tempo em que nunca, como hoje, a gestão pública deste bem escasso assume tamanha importância na promoção da coesão social e territorial dos países. ■

## CONVENÇÃO NOVO RUMO

# É tempo de mudar

A Convenção Novo Rumo para Portugal tem organizado semanalmente uma conferência nacional dedicada a temas específicos e diversas conferências distritais. Até agora foram realizadas quatro conferências nacionais, sendo que todas contaram com ampla participação e com a presença do secretário-geral do Partido Socialista, António José Seguro. **MARY RODRIGUES**



## INVESTIR NOS RECURSOS DO MAR



Na sessão de encerramento da conferência realizada em Setúbal, no dia 15 de fevereiro, o líder do PS afirmou que o aproveitamento dos recursos do mar deve ser uma prioridade para os governantes portugueses e defendeu a transformação do porto de Sines numa grande plataforma logística intercontinental. "A ação significa investimento e o investimento significa ir buscar fundos comunitários para podermos aplicar nesta nossa visão", acrescentou, lembrando que o alargamento do canal do Panamá veio trazer novas oportunidades ao porto de Sines.

Para o líder do PS, Sines não deve ser apenas um porto de contentores, mas também um espaço para a instalação de empresas da indústria transformadora. "Vêm aí fundos comunitários. É necessário olhar para Sines de uma forma integrada e é necessário que Sines ajude ao desenvolvimento da economia e à criação de emprego, de que estamos tão necessitados", defendeu.

António José Seguro salientou ainda a necessidade de se definir estratégias e desenhar as políticas públicas para o aproveitamento económico dos recursos do mar, considerando que se trata de uma área de investimento prioritária para Portugal.

**"Vêm aí fundos comunitários. É necessário olhar para Sines de uma forma integrada e é necessário que Sines ajude ao desenvolvimento da economia e à criação de emprego, de que estamos tão necessitados"**

Numa sessão que também contou com os contributos de Mário Ruivo, biólogo, Fernando Ribeiro e Castro, engenheiro, João Guerreiro, geógrafo, Rui Azevedo, economias, Emanuel Gonçalves, professor universitário, Isilda Gomes, docente, José Luís Cacho, engenheiro, e Jorge Almeida, engenheiro naval, a deputada socialista Ana Paula Vitorino sublinhou não haver novo rumo para Portugal sem o mar, razão pela qual considerou ser crucial "inundar todas as políticas públicas: economia, energia, turismo e investigação".

Já Lídia Sequeira, economista, garantiu que apostar no mar vale a pena e sublinhou que o porto de Sines tem o potencial para se tornar "num dos grandes hubs portuários da Europa".

## TRIBUNAL PARA CAPTAR INVESTIMENTO

Na conferência sobre "Liberdade, Segurança e Justiça", realizada a 8 de fevereiro, o secretário-geral defendeu a criação de um tribunal especial para investidores, a partir de um montante significativo, para criar um "ambiente amigo" e mais oportunidades de emprego para os portugueses.

"Propomos a criação de um tribunal com uma competência especializada para apreciar os conflitos emergentes das relações contratuais onde está envolvido significativo investimento estrangeiro", adiantou António José Seguro, precisando que a futura instituição também deveria dedicar-se a julgar processos com empresas portuguesas, dependendo das verbas envolvidas, algo que seria definido consoante o contexto económico, por exemplo anualmente.

E reforçou as críticas ao Governo da maioria PSD/CDS-PP por "dizer uma coisa antes de eleições e fazer outra, completamente diferente, após eleições", antecipando que o adiado corte retroativo das pensões está a ser preparado.

"Primeiro, querem o voto dos reformados, depois acertam contas, retirando rendimento a esses mesmos reformados após as eleições. É imoral, é injusto", denunciou.

Quanto ao encerramento dos tribunais, o líder do PS garantiu que, se os socialistas vencerem as próximas legislativas, esta será uma medida da direita para inverter.

Neste sentido, Jorge Lacão lembrou o acordo do PS e do PSD, em 2006, visando a estabilização da Justiça.

Segundo registou o coordenador do grupo de trabalho socialista para os sectores da Justiça e Segurança, "o PSD não concordava em 2008 com a agregação das 231 comarcas para as 39 circunscrições aprovadas pelo memorando com a troika, uma vez que, argumentava, "era excessivamente centralizadora".

E agora são apenas 23 e vão fechar 47 tribunais", concluiu, depois de manifestar preocupação pela sobrelotação das cadeias e



**"Primeiro querem o voto dos reformados, depois acertam contas, retirando rendimento a esses mesmos reformados após as eleições. É imoral, é injusto"**

denunciar o fracasso na modernização do sistema.

Por seu turno, a penalista Fernanda Palma denunciou a falta de clareza nos dados estatísticos da criminalidade, nomeadamente no Relatório Anual de Segurança Interna, que, apontou, "não mantém uma linha de coerência", notando ainda a falta de referência no último documento à criminalidade juvenil e grupal, analisada nos anos anteriores.

Já a deputada socialista Elza Pais alertou para o facto de a violência doméstica estar a ser "silenciada".

Mais voltado para o capítulo das forças de segurança, João Caupers garantiu que já não faz sentido distinguir a Guarda Nacional Republicana da Polícia de Segurança Pública, uma vez que, "o país também já não está dividido em mundo rural e urbano, a PSP já não é tão civil, nem a GNR faz sentido como extensão das Forças Armadas".

Uma polícia única – mantendo à parte a força de investigação criminal (PJ) – teria, para o perito no estudo das organizações, "várias vantagens: poupança de recursos humanos e materiais, fim das duplicações e descoordenações, economia de escala no recrutamento e formação, com uma única escola".



## ESTADO FORTE E SUSTENTÁVEL

A propósito do tema "Uma Administração Pública eficiente e com qualidade", o secretário-geral do partido disse, no dia 1 de fevereiro, em Lisboa, por ocasião do encerramento da segunda conferência nacional do ciclo Novo Rumo, que o Estado forte e eficaz defendido pelo PS "tem de obedecer ao critério da sustentabilidade" financeira e ser "imune aos interesses ilegítimos e particulares".

Segundo explicou o líder socialista, "o Estado forte é aquele que não se deixa capturar, é o que resiste e é imune a interesses".

Em nome da transparência e do rigor, Seguro exigiu que, quando organismos do Estado recorram a pareceres jurídicos externos, "sejam tornados públicos os custos e os motivos pelos quais não são as próprias entidades públicas a prestar esse serviço".

Além disso, explicou, um Estado forte, que desempenhe bem as suas funções de soberania e sociais, "tem de ter uma boa organização, estruturas estáveis para além do ciclo eleitoral e um corpo de funcionários públicos dignificado, motivado e mobilizado". De seguida, afirmou-se contra o encerramento de serviços como os tribunais, propondo a contratualização com autarquias de forma a possibilitar a manutenção dos mesmos.

No painel que antecedeu o discurso do líder do PS, Luís Valadares Tavares lembrou que alguns dos principais sucessos do pós-25 de Abril – escolaridade obrigatória, mortalidade infantil, contratos públicos por via eletrónica – foram conquistas do sector público. O economista Vítor Bento defendeu que é preciso "eliminar ou reduzir" o número de gabinetes governamentais, que disse serem "administrações paralelas".

Estabilizar a estrutura dos governos, "moderar a qualidade da frota automóvel" do Estado, "remunerar adequadamente" os dirigentes da Administração Pública e "acabar com os pequenos favores" que permitem "comprar boas vontades" foram outras



**"Não estou seguro de que o Estado esteja totalmente imune a interesses ilegítimos"**

sugestões feitas pelo conselheiro de Estado. Por sua vez, Ana Paula Vitorino defendeu a "simplificação administrativa e o combate à burocracia", pois um Estado que serve mal os cidadãos e as empresas "torna-se o inimigo a abater".

Já o presidente do Tribunal de Contas sustentou que a boa gestão orçamental "não é só responsabilidade do Ministério das Finanças".

Guilherme d'Oliveira Martins insistiu em que garantir a consolidação económica e financeira do país "fortalece a democracia", sublinhando que "a reforma da despesa exige "opções ponderadas" que "não podem ser de curtíssimo prazo", nem correspondentes a cortes transversais e cegos", mas sim a medidas "duráveis e justas".

Na mesma ordem de ideias, João Proença, dirigente socialista, criticou a redução de trabalhadores na Administração Pública como forma de diminuir a despesa do Estado por ser uma "política cega", que "começa a atingir fortemente o funcionamento de muitos serviços".

## ROMPER COM PRIVILÉGIOS

Na primeira conferência nacional do movimento Novo Rumo, realizada no dia 25 de janeiro, em Lisboa, António José Seguro defendeu a necessidade de se proceder a ruturas pensadas e planeadas com alguns interesses instalados na sociedade portuguesa, visando promover um país mais coeso, com menos desigualdades.

Neste encontro cujo tema de discussão foi a "Boa Governação", o líder do PS exortou os militantes e simpatizantes a não terem medo das palavras rutura e mudança, garantindo que, se o Partido Socialista vencer as próximas eleições legislativas, manterá intactas as funções do Estado, sobretudo na Educação, Saúde e Segurança Social, celebrando ainda "um novo compromisso que os tornem sustentáveis", de maneira a encontrar "formas mais justas de financiamento". Numa sessão moderada por Nuno Cunha Rolo, coordenador executivo do LIPP – Laboratório de Ideias e Propostas para Portugal, e que contou com a participação da economista Arminda Neves, do investigador Carlos Leone, da professora universitária Manuela Arcanjo e do gestor José Manuel Correia, António José Seguro deixou claro que "um bom Governo terá de ter mão férrea na gestão de dinheiros públicos" e, ao mesmo tempo, a capacidade de "mobilizar os portugueses em torno de um projeto que torne Portugal menos desigual".

De salientar que as apostas socialistas passam pela economia verde, baseada em energias renováveis, a agricultura biológica, um plano para a recuperação da indústria e a criação de empresas de base tecnológica. Quanto ao Executivo Passos-Portas, o secretário-geral socialista criticou-o por andar a "vender ilusões" às portas de mais umas eleições europeias.

"O Governo está numa autêntica campanha eleitoral. Não passa de um vendedor da ilusão de que o país está a sair da crise quando, globalmente, Portugal está pior do que há dois anos e meios, mais pobre e de-



**"Nalguns casos temos de fazer ruturas pensadas. Não ruturas à mercê de experimentalismo social, mas ruturas que acabem com privilégios na sociedade portuguesa"**

sigual", declarou.

E avisou: "Um futuro Governo não pode ser de turno. Não ficaremos à espera de este Governo caia de poder".

Nesta primeira conferência, Nuno Cunha Rolo defendeu que as funções do Estado devem ser repensadas, mas tendo como contrapartida a devolução de poderes à comunidade.

Na Administração Pública, o coordenador do LIPP advogou a redução de estruturas hierárquicas, por forma a atingir-se "uma organização mais ágil e flexível".

Essa reorganização foi também defendida por Arminda Neves, quando sublinhou a importância de "arrumar os sectores de atuação do Governo em cinco áreas essenciais: questões sociais, de soberania, economia, território e conhecimento.

Por sua vez, José Manuel Correia procurou evidenciar que os custos "ocultos" (absentismo, acidentes e incidentes, rotação de pessoal, não qualidade e não produção) na Administração afetam os seus resultados. "Possuirmos um Estado forte, com boa governação, também depende de existirem poucos destes custos ocultos nos organismos públicos", concluiu. ■

# Perdão fiscal

PS exigiu saber quanto custou o perdão fiscal aos portugueses.

O secretário-geral do PS questionou o primeiro-ministro, durante o primeiro debate quinzenal de fevereiro, sobre o montante de juros que foram perdoados no recente processo de regularização de dívidas ao fisco e qual o montante que está ainda em tribunal.

Seguro começou a sua intervenção por lamentar que o Governo não tivesse em tempo útil informado os portugueses sobre esta matéria, acusando o primeiro-ministro de ser o único responsável por querer “manter o assunto em absoluto segredo”. Exigiu por isso saber qual o custo para o Estado deste perdão fiscal, não deixando de sublinhar tratar-se de uma questão da mais elementar transparência “um princípio essencial de qualquer governação”.

O apelo do líder socialista resultou e o Ministério das Finanças prestou os esclarecimentos necessários sobre este perdão fiscal, confirmando que a receita extraordinária de 1277 milhões de euros obrigou a uma perda de 494 milhões de euros. Para o deputado socialista Eduardo Cabrita, perante esta

informação, e tal como o PS sempre avançou, fica claro que sem esta receita excepcional o défice orçamental teria ficado não só muito acima do compromisso inicial de 4,5% do PIB, “mas muito além do objetivo definido” na 8ª e 9ª avaliações. Este esclarecimento vem confirmar as suspeitas do PS sobre a elevada dimensão da perda de receitas que envolveu este perdão fiscal de curto prazo, que segundo os próprios dados do Governo, “custou aos contribuintes 494 milhões de euros” ou seja, “mais de 38% da receita arrecadada em juros de mora, juros compensatórios, custas administrativas e coimas já liquidadas”.

O deputado socialista lamentou a “dramatização política e a chantagem” feitas pelo Governo para justificar a aplicação retroativa de cortes nas



pensões já constituídas de aposentados ou viúvos com valor superior a 600 euros, que representavam cerca de 388 milhões de euros, e que foi “rapidamente substituída por um agravamento de cortes para todas as pensões superiores a

**EDUARDO CABRITA**  
“Fica claro que sem esta receita excepcional o défice orçamental teria ficado muito acima do compromisso inicial”

mil euros”, perante um perdão fiscal que atingiu os quase 500 milhões de euros, numa medida extra para “salvar o Governo de mais um fracasso orçamental”. Neste debate quinzenal houve ainda tempo para António José Seguro questionar o primeiro-ministro sobre o destino que o Governo pretende dar ao montante resultante do aumento da contribuição da ADSE, querendo saber se parte dessa contribuição está destinada a outros fins, designadamente, como referiu, para financiamento da atividade do Estado ou se será exclusivamente dedicada ao financiamento da ADSE.

Perante a resposta negativa de

Passos Coelho, o secretário-geral do PS alertou para o relatório da unidade técnica (UTA), onde se afirma claramente que o excedente será revertido para o Ministério das Finanças, desmentindo assim o Primeiro Ministro.

“O país tem o direito de saber”, reclamou António José Seguro, lembrando que se há excedente, é porque aumentou a contribuição, questionando se esse acréscimo faz parte das medidas para

compensar o chumbo do Tribunal Constitucional.

Para o secretário-geral socialista, é hoje claro para o país que a redução da despesa está a ser feita à “custa do rendimento e dos salários dos trabalhadores”, realçando que a diminuta baixa registada no défice também foi alcançada à custa de cortes nos salários e pensões e com o aumento brutal de impostos.

“Essa tem sido a regra deste Governo”, acusou o líder socialista, acrescentando que a “pequena redução de défice” não representa “nenhum feito especial” perante os dados conhecidos. ■ R.S.A.

## Não há motivo para falar em milagre económico

No segundo debate quinzenal de fevereiro com o primeiro-ministro, no Parlamento, o líder socialista, António José Seguro, acusou o Governo de estar mais preocupado com a “propaganda que com a verdade”, defendendo que é preciso “mostrar a realidade dos números”.

O Governo, disse Seguro, “faz uma grande festa”, quando em 2013 o país teve uma recessão de 1,4% do produto, quando “há mais de 800 mil portugueses desempregados, 200 mil emigraram, 310 mil inativos e uma dívida superior a 200 mil milhões de euros”.

Perante a avassaladora realidade destes números, questionou o secretário-geral do PS, de que é que se vangloria o primeiro-ministro, que não seja apenas estar a pensar nas eleições para se “perpetuar no Governo?”

Ninguém compreende, acrescentou, a razão para “tanta

festa”, garantindo que na altura certa “os portugueses farão justiça sobre quem querem a governar o país”.

Seguro desmontou depois a fantasia de Passos Coelho, quando este afirmou que tinha cumprido o Orçamento do Estado. “Não cumpriu”, garantiu o líder do PS, salientando que o contributo que houve para a evolução da economia deveu-se “à procura interna e não às exportações”. Isto significa, explicou, que os portugueses voltaram a ter pouco mais rendimento, “não por opção do Governo” e da sua política, “mas por decisão do Tri-



bunal Constitucional”. Não estamos no “país das maravilhas”, garantiu Seguro, como o Governo quer fazer crer, recordando os cortes sucessivos nas pensões, o ataque aos rendimentos

dos funcionários públicos e a maior carga de impostos de que há memória em democracia.

O primeiro-ministro, disse, “passa a vida a enganar os portugueses”, uma saga que se iniciou

logo em 2011 e que teve como única pretensão a obtenção de vantagens eleitoralistas.

Seguro lamentou ainda que o Governo nunca tenha procurado o contributo do PS em relação à elaboração do mapa judiciário, “que pudesse ser um mapa estável e a vários ciclos políticos”, acusando Passos Coelho de ter optado por colocar o interesse do país, também nesta matéria, “atrás do interesse do seu partido”.

Seguro quis ainda saber o que o primeiro-ministro tinha a dizer sobre a problemática do emprego, perguntando quantos empregos tinha o Estado criado em 2013 e quantos é que nesse mesmo ano houve a mais na Administração Pública, alertando para a “demagogia dos números da propaganda do Governo”. ■ R.S.A.



## FUNDOS COMUNITÁRIOS

# Alavanca para o crescimento e emprego

Os fundos comunitários para 2014/2020 devem assumir um papel essencial no relançamento do investimento, na reestruturação da economia e no aumento do emprego.

Os fundos comunitários, como tem vindo a sustentar o PS, são a principal alavanca de que o país vai dispor nos próximos anos para acelerar o crescimento e o emprego, constituindo os alicerces de uma estratégia de reforço da competitividade da economia, que aposte no aumento da produtividade, na inovação, fortalecimento do capital humano dos trabalhadores, que apoie a internacionalização e a valorização dos recursos e que reforce a capacidade de investimento das empresas que querem criar empregos em Portugal.

Trata-se do maior volume de investimento que o país terá a médio prazo, lembrou recentemente o secretário-geral do PS, criticando o Governo e o primeiro-ministro por não terem sido transparentes no acordo de parceria com a Comissão Europeia.

Para António José Seguro, é importante que a aplicação destes fundos decorra com "estratégia e visão", alertando que não devem depender

de uma "maioria conjuntural". Depois de salientar que o PS, sempre que solicitado, "não deixou de avançar com propostas e ideias", Seguro lamentou que o processo não tivesse sido "mais aberto e participado", permitindo que os socialistas tivessem conhecimento atempadamente das reações da Comissão Europeia em relação às diferentes versões que o Governo enviou a Bruxelas. O PS apenas teve conhecimento da última versão da proposta do Executivo "no mesmo dia em que foi enviada à Comissão Europeia", esclarecendo que "nunca houve", ao contrário do que chegou a ser divulgado em alguns órgãos da Comunicação Social, nenhuma negociação entre o PS e o Governo sobre fundos comunitários, "nem há qualquer trabalho conjunto" sobre a matéria.

### Simplificar processos

Na perspetiva do PS, os procedimentos de acesso aos fundos "têm de ser simplificados e acelerados" na base do princípio

da confiança nas empresas que querem investir, garantindo processos "simples, transparentes e decisões rápidas", a par da garantia de financiamento, para que as empresas com projetos válidos, "possam transformar os fundos em investimento, crescimento e emprego e não fiquem paradas". Acautelar uma transição coerente entre os quadros comunitários de apoio, que garanta o melhor aproveitamento dos fundos ainda por executar e evite um hiato entre o final dos apoios do anterior QCA - Quadro Comunitário de Apoio, e a entrada em vigor do acordo de parceria, é, para os socialistas, um ponto estrategicamente determinante. O PS reitera que um documento com a importância estratégica daquele que define os fundos comunitários para o período de 2014/2020 "devia ter sido objeto de um amplo debate público", permitindo garantir uma mais adequada e eficaz aplicação dos fundos e uma maior coesão social e territorial. ■ R.S.A.

## GOVERNO NEGOCIOU QREN NAS COSTAS DO PARLAMENTO

Governo enviou para Bruxelas o documento mais importante de estratégia de investimentos (incluindo qualificação) do país no final de janeiro e só depois o deu a conhecer ao Parlamento e aos diversos partidos.

Estamos a falar de mais de 20 mil milhões de euros e o Governo enviou o documento para a Comissão Europeia sem que o país o conhecesse. O Governo pensa e age como se pudesse falar em nome do país sem ouvir o país. O Governo tem o atrevimento de comprometer o médio e longo prazo do país como se tivesse mandato para tal.

O PS em tempo oportuno apresentou as suas propostas. E o PS não faltou a nenhum diálogo, mas o PS nem sequer foi informado das posições que a Bruxelas tomou sobre os documentos preliminares que o Governo entretanto enviou. Não houve nenhuma negociação do PS com o Governo sobre fundos comunitários nem há qualquer trabalho conjunto.

Este processo é lamentável porque estamos a falar verdadeiramente do futuro do país. O Partido Socialista considera da maior importância para o futuro de Portugal os fundos comunitários que vão ser disponibilizados no período 2014-2020, nomeadamente porque estes:

- devem assumir um papel determinante no relançamento da economia;
- serão decisivos no processo de reestruturação da economia portuguesa e como contributo para o aumento da competitividade e do emprego;
- constituem a principal alavanca de que o país vai dispor nos próximos anos para acelerar o crescimento e o emprego.

A importância dos fundos comunitários vai muito para além da atual legislatura e o Partido Socialista, fiel aos seus princípios, não deixará de dar o seu contributo numa matéria tão relevante para o país.



### PROPOSTAS DO PS SOBRE OS FUNDOS COMUNITÁRIOS

- Devem assumir um papel determinante no relançamento da economia
- Serão decisivos na reestruturação da economia e como contributo para o aumento da competitividade e do emprego
- Constituem a principal alavanca de que o país vai dispor para o período de 2014/2020 para acelerar o crescimento e o emprego
- Devem servir para a reorientação da internacionalização das empresas portuguesas e para o desenvolvimento de novos produtos e serviços orientados para a procura externa

**“A principal prioridade da Anafre é conseguir reabrir o processo da pseudo-reforma administrativa feita por quem não conhece o país real”**



**CÂNDIDO MOREIRA** PRESIDENTE ANAFRE

# **“Extinguir freguesias não é fazer reforma administrativa”**

A política do atual Governo em relação ao poder local tem sido de “asfixia financeira e de atropelo à sua autonomia”, acusa o novo presidente da Anafre, o socialista Cândido Moreira, que, em entrevista ao “Acção Socialista”, promete lutar contra a “pseudo-reforma administrativa” feita pelo ex-ministro Miguel Relvas, que mais não foi que “a extinção de freguesias” sem critério. **J. C. CASTELO BRANCO**





**94%**

*Foi a percentagem de votos com que foi eleito Cândido Moreira para a presidência da Anafre*

**Qual a principal prioridade da sua ação à frente da Anafre?**

A principal prioridade da Anafre é conseguir reabrir o processo da pseudo-reforma administrativa que mais não foi que a extinção de freguesias sem o bom senso de ouvir verdadeiramente as populações.

**As freguesias continuam a ser vistas por alguns sectores como o parente pobre do poder local? Como se pode inverter esta ideia?**

Creio que as freguesias fizeram o seu caminho de afirmação e não serão mais o parente pobre do poder local. A sociedade e em particular os seus fregueses reconhecem esse valor inestimável que é a proximidade e a relação entre vizinhos. Trabalho

esse que se reflete na participação cívica dos cidadãos em prol das suas comunidades.

**Qual a posição da Anafre quanto à pretensão do Governo de querer envolver as freguesias na disseminação dos chamados “espaços do cidadão”?**

A Anafre sempre esteve e está disponível para negociar medidas que visem levar serviços mais perto dos cidadãos. O que não aceita é que isso se faça à custa dos parcos recursos das freguesias.

**Quais as linhas-força em que vai assentar a luta que prometeu para ser reaberto o processo de reforma administrativa que extinguiu**

**mais de mil freguesias?**

A primeira linha de luta é a via negocial junto dos poderes instituídos. Num segundo momento, denunciar-se-ão à sociedade os problemas que a extinção de freguesias provocou. Como atempadamente avisámos, os conflitos continuam; há muitos problemas por decidir, designadamente de instalação dos órgãos, e outros não se conseguirão resolver com o quadro jurídico construído.

**Prometeu no Congresso da Anafre “velhas lutas não violentas”? O que é que isto quer dizer?**

Neste momento é cedo para anunciar linhas de intervenção, tanto mais que as decisões têm que ser tomadas nos órgãos sociais da instituição.

**Acha que é possível o Governo voltar atrás neste processo?**

Como sempre afirmámos, extinguir freguesias não é fazer uma reforma administrativa. Nunca foi assim. Aliás, nas freguesias, sempre se mexeu muito pouco, dado ser uma célula de proximidade que traz mais-valia à sociedade. Por isso, a força da razão das freguesias, mais cedo ou mais tarde, dará os seus frutos. A história do país faz-nos acreditar.

**Esta reforma lançada pelo ex-ministro Relvas traz mais eficiência e mais eficácia como propagandeou o Governo ou é apenas uma medida feita a régua e esquadro para poupar uns euros?**

Foi uma medida atabalhoada para dar satisfação ao memorando da troika, não definida pelas lógicas do território, nas suas mais variadas dimensões. Não teve em conta as populações, o relacionamento entre vizinhos e a dimensão dos municípios. Feita por quem não conhece o país real. Não chega pertencer a uma Assembleia Municipal ou ser presidente de uma pequena Câmara para saber o que o país pulsa. É necessário conhecer a história e ir para além do nosso conhecimento pessoal. As reformas nunca se fizeram contra aqueles a quem se destinam. O mais curioso é que não se poupa euros, porque os eleitos de mais de 90% das freguesias não têm vencimento, mas sim uma subvenção para despesas de deslocação na freguesia e desta para o município.

**Defende como uma das suas prioridades a revisão do estatuto do eleito local. Porquê?**

Defende-se a revisão do estatuto do eleito porque uma há disparidade muito grande entre pequenas e grandes freguesias quanto ao número de eleitos de que cada uma dispõe. Para dar satisfação efetiva às necessidades das populações nas fre-

guesias de maior dimensão, é preciso contar com uma administração política remunerada. Não se pode pedir serviço cívico só às freguesias.

**O que acha da política do atual Governo em relação ao poder local?**

A política do atual Governo em relação ao poder local tem sido de asfixia financeira e de atropelo à sua autonomia, com legislação que reprime todos por igual e que paralisa a sua atividade.

**Quais as mais-valias que têm as juntas de freguesia na resolução dos problemas dos cidadãos e melhoria da qualidade de vida?**

Desde logo, a primeira porta aberta durante 24 horas, para resolver os problemas dos vizinhos, sendo ou não da sua competência. A assistência social que, por vezes, tarde ou nunca chega, de outros organismos que lha deveriam prestar. Os pequenos serviços de proximidade que, sendo mais céleres, diminuem os custos de contexto, gerando por esta via ganhos financeiros. Resulta daqui, claramente, que as freguesias não devem ser muito grandes mas adequadas à realidade territorial onde se encontram.

**Como presidente da Junta de Freguesia de Padronelo, no concelho de Amarante, qual a principal ambição que norteia a sua ação?**

Apoiar os que têm mais dificuldades, dar qualidade de vida a todos os cidadãos residentes na freguesia, evitando que necessitem de procurar melhores condições de vida noutros lugares, emigrando ou deslocando-se, ainda mais, para o litoral português.

**O que o motiva enquanto autarca?**

A participação cívica na sociedade, prática que me acompanha desde muito novo, e a disponibilidade para o serviço público que me valoriza enquanto cidadão. ■

**JOSÉ MANUEL RIBEIRO** PRESIDENTE DA CM VALONGO

# “Criação de emprego é a principal prioridade”

As pessoas e a resolução dos seus problemas, nomeadamente na área social, vão nortear toda a ação política do novo presidente da Câmara de Valongo. Em entrevista ao “Acção Socialista”, José Manuel Ribeiro aponta como prioridades a criação de riqueza e emprego. **J.C. CASTELO BRANCO**



## Qual a principal prioridade da sua ação à frente da Câmara de Valongo?

As pessoas e a resolução dos seus problemas, designadamente as carências sociais, para as quais temos vindo a dar respostas, e a criação de emprego através da captação de investimento para o concelho de Valongo. Estas são sem qualquer dúvida as nossas prioridades!

Em conjunto com a equipa que me acompanha neste desafio, pretendemos afirmar o concelho de Valongo na Área Metropolitana do Porto (AMP) como um território com um bilhete de identidade, com personalidade, não só pelas nossas atrações como a Regueifa, o Pão, o Biscoito, os Brinquedos Tradicionais, a Bugiada e Mouriscada e a Ardósia (foi aqui que nasceram os primeiros “ipads” e “tablets” com as velhinhas tábuas de lousa), mas também pela nossa localização estratégica. Estamos ligados ao mar através do único Porto Seco, a Plataforma Logística Ferroviária do grupo SA-PEC, que existe desde o Minho ao Entroncamento, estrutura de enorme importância para as empresas altamente exportadoras.

Temos tudo para “dar certo” e sermos atrativos para os investidores. Num município com quase 10 mil desempregados, a principal prioridade tem de ser a criação de riqueza e emprego, proporcionando aos investidores melhores condições. Por isso, reduzimos o IMI e vamos reduzir as taxas municipais para novos investimentos.

## Na grave crise económica que o país atravessa, quais as medidas que a câmara tem programadas na área social para apoiar os municípios em situações mais vulneráveis e combater as bolsas de pobreza?

Vamos criar uma Rede Concelhia de Plataformas Solidárias – Alfena, Ermesinde, Campo, Sobrado e Valongo. Trata-se de um projeto implementado com sucesso na freguesia de Valongo, onde o apoio aos mais carenciados é facultado por um consórcio de entidades públicas e privadas (instituições particulares de solidariedade social, paróquias, juntas de freguesia, etc.). A constituição destas plataformas solidárias evita a duplicação de apoios, o que permite chegar a mais pessoas carenciadas, e será uma base futura para combater o fenómeno cada vez mais preocupante da solidão.

A Câmara de Valongo está também a apostar no apoio social através da ação social escolar, onde as crianças mais carenciadas podem, por exemplo, beneficiar de refeições nas férias escolares. Paralelamente, dispomos de um Plano de Emergência de Apoio Alimentar para acudir a situações de emergência em todo o concelho, que já envolve diariamente quase 200 refeições.

## Qual a política do município na área do ambiente, nomeadamente no que respeita ao investimento na eficiência energética?

A diminuição da fatura da EDP, uma das mais pesadas do muni-

cípio, é uma das nossas prioridades. Está já em curso um projeto de instalação de reguladores do fluxo luminoso, estando também a decorrer negociações com a EDP para diminuir os custos da iluminação pública.

Na área ambiental, a aposta passa ainda pela diminuição da quantidade de resíduos sólidos urbanos indiferenciados e pelo aumento da separação de resíduos para reciclagem, o que implica o envolvimento ativo das famílias. Estamos, inclusive, a estudar a possibilidade de implementar a recolha seletiva porta a porta. O processo de modernização e desmaterialização dos serviços municipais, pondo cobro ao consumo excessivo de papel, também já está em curso.

## Quais as linhas de força em que deve assentar a nova geração de políticas autárquicas?

Acredito que é necessário interiorizar na nossa acção, enquanto autarcas, uma nova cultura de exercício de funções públicas, dado que somos inquilinos e não proprietários dos territórios que gerimos. Se adotarmos um comportamento de inquilinos faremos sem dúvida uma grande diferença. Por isso, em Valongo o Boletim Municipal tem espaço próprio para todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, o que não é infelizmente a regra!

Transparência, rigor e diálogo são as ferramentas para a mudança! É fundamental termos uma Câmara mais aberta e mais próxima das pessoas. Estamos disponíveis

para acolher todas as propostas e contributos dos cidadãos que estejam disponíveis para ajudar a desenvolver o concelho de Valongo. Num quadro de austeridade e dificuldades financeiras, a gestão rigorosa e criteriosa dos escassos recursos de que dispomos assume uma importância acrescida, pois é o caminho que nos permitirá obter mais verbas para investir no que realmente importa – a qualidade de vida de todos os cidadãos, sobretudo dos mais desfavorecidos.

## Como pensa promover a participação dos cidadãos e das forças vivas do concelho na gestão do município?

Já implementámos várias medidas nesse sentido. Na preparação do Plano e Orçamento para 2014, foram ouvidos todos os partidos e todos os presidentes de junta. Todas as reuniões de Câmara são públicas e todas as semanas os cidadãos podem contactar diretamente com o presidente da Câmara e com os vereadores, sem quaisquer obstáculos.

Vamos avançar com o Orçamento Participativo Jovem, através da criação de conselhos consultivos sectoriais, na área empresarial e no associativismo. Vamos investir na máxima transparência através da utilização das tecnologias de informação e comunicação, no sentido de dar cada vez mais poder aos cidadãos, pois uma cidadania mais forte e esclarecida é a melhor garantia de uma boa gestão pública. Os cidadãos são os melhores aliados que podemos desejar!

## JOSÉ MANUEL RIBEIRO

“Acredito que posso dar mais esperança aos quase cem mil habitantes deste município metropolitano, que tem todos os ingredientes para se destacar pela positiva na região e no país”

“Transparência, rigor e diálogo são as ferramentas para a mudança! É fundamental termos uma Câmara mais aberta e mais próxima das pessoas”

## O que é que o motiva na sua ação de autarca, num momento em que ganha particular acuidade o papel do poder local na coesão social e qualidade de vida?

Valongo é a minha terra, foi onde cresci, pelo que sinto uma ligação muito forte a este território. Acredito que posso dar mais esperança aos quase cem mil habitantes deste município metropolitano, que tem todos os ingredientes para se destacar pela positiva na região e no país. Como é que classifica, em duas palavras, a política do atual Governo em relação ao poder local? Injusta e pouco esclarecida! ■

DEPARTAMENTO DE MULHERES SOCIALISTAS

## Avança iniciativa pela natalidade e conciliação

Desde o início de 2014 que o Departamento Nacional de Mulheres Socialistas avança com um programa de promoção da natalidade e conciliação que tem englobado um vasto conjunto de atividades e reuniões de trabalho com executivos camarários, instituições e associações, um pouco por todo o país. **MARY RODRIGUES**



Visando essencialmente recolher contributos que possam cooperar para melhorar o bem-estar das famílias e das crianças ao nível da saúde e projetos de vida, a presidente do DNMS e outras camaradas representantes desta estrutura do nosso partido reuniram-se em diversas ocasiões com autarcas de Leiria, Guimarães, Torres Vedras, Abrantes, Santo Tirso, Loulé e Porto. Nestas iniciativas, Isabel Coutinho tem procurado sensibilizar os agentes do poder local para "o grave problema demográfico" e para o crescimento da taxa de envelhecimento, defendendo reiteradamente a necessidade "de Portugal colocar esta matéria numa agenda mediática nacional". "Temos que resolver os problemas económicos que enfrentamos, mas não podemos descurar este dossiê", sublinhou repetidamente a líder das Mulheres Socialistas, apoiando convictamente a ideia expressa por alguns autarcas do PS segundo a qual é imperativa uma política nacional que possibilite às câmaras municipais melhorarem o apoio que já dão às famílias.

Integrado no programa da natalidade e conciliação do DNMS, Isabel Coutinho reuniu-se com responsáveis da Associação das Famílias Nu-

merasas e com o Santander Totta.

Depois, a dirigente esteve na Associação Portuguesa das Mulheres Juristas e encontrou-se com representantes da UGT.

Em Guimarães, o périplo começou com uma visita à Associação Apoio à Criança, à ala materno-infantil do Centro Hospitalar Alto Ave.

Nas visitas que fez a Torres Vedras e Abrantes, a presidente das Mulheres Socialistas afirmou que "o Governo descobriu agora esta problemática, fala dela, mas nada faz".

"É cada vez mais urgente a tomada de medidas concretas que contribuam para a inversão desta situação de declínio em que se encontra a natalidade em Portugal", defendeu a dirigente do PS, para quem "tudo radica na necessidade de conciliação da vida familiar com a atividade profissional".

E explicou que, "enquanto as pessoas encontrarem na parentalidade uma barreira ao exercício da sua profissão, terão tendência a evitar ou adiar ter filhos, porque precisam de trabalhar para viver", lembrando ainda que muitas empresas colocam à frente dos candidatos pesquisas de formação sobre parentalidade que logo usam como fator de exclusão.

**8,5** POR MIL HABITANTES  
**TAXA DE NATALIDADE EM PORTUGAL**

O segundo nível mais baixo entre todos os países da União Europeia. Só a Alemanha apresenta um nível inferior, de 8,4 por mil habitantes, de acordo com os dados recentemente divulgados pelo Eurostat.

Também no âmbito da causa pela natalidade, fevereiro tem sido fértil em contactos e deslocações.

Assim, Isabel Coutinho visitou valências da primeira infância de Loulé. Em Évora e Beja deu uma entrevista à Rádio Telefonia do Alentejo na qual abordou esta problemática no contexto regional. Em Setúbal visitou a Fundação COI e a Associação "Rumo ao Sucesso". Em Braga conheceu o Centro Paroquial Padre David Oliveira Martins e o Centro Cultural e Social de Santo Adrião. Em Aveiro reuniu-se com o professor universitário Carlos Costa, que tem desenvolvido um estudo aprofundado sobre as mulheres no turismo. Em Tondela visitou as fábricas Huf e Bodum. Em Viseu, a empresa da área da saúde DielMed. Participou igualmente numa reunião com os executivos das câmaras de Cinfães e Porto e visitou o Futebol Clube do Porto.

Para Isabel Coutinho, todos estes encontros estão a ser de "extrema importância" e têm sido "muito produtivos", na medida em que tornam cada vez mais evidente como "as empresas e as diversas entidades se estão a adaptar na procura de soluções para o grave problema demográfico que atravessamos". ■

“ Cada vez mais pessoas que antes desta crise não eram pobres, vêm caindo em situações de pobreza, sendo particularmente inquietante o aumento do fenómeno dos trabalhadores pobres (working poor) ”



## PRECARIEDADE E DESIGUALDADES

Glória Rebelo\*

Em ano de eleições europeias será premente que a o tema das desigualdades sociais e da precariedade laboral entre no debate político. Desde logo, porque o desemprego não é o único responsável pelo aumento das desigualdades, importando também analisar o impacto do incremento da precariedade laboral. Por exemplo, dependendo do nível salarial de certo país, pode uma pessoa estar empregada e viver abaixo do nível de mínimo de subsistência.

De facto, diversos estudos vêm demonstrando que, cada vez mais pessoas que antes desta crise não eram pobres, vêm caindo em situações de pobreza, sendo particularmente inquietante o aumento do fenómeno dos trabalhadores pobres (working poor). O que se verifica é que em consequência da crise financeira internacional, em certos países europeus, como Portugal ou Espanha, aumentou a segmentação do mercado de trabalho, mediante o incremento do recurso a formas de contratação precárias, baseadas em vínculos laborais a termo e a tempo parcial, em geral muito mal remunerados.

Em Portugal, de acordo com os dados do INE, em 2013 a população desempregada foi estimada em 875,9 mil pessoas, tendo aumentado 1,8% em relação a 2012 e situando a taxa de desemprego no valor recorde de 16,3%. Acresce que, também em 2013, a população desempregada há 12 e mais meses (desemprego de longa duração) atingiu as 543,5 mil pessoas (face a 465,8 mil em 2012), o que significa um aumento do desemprego de longa duração de 16,7%. Ainda de acordo com o INE, o aumento de trabalhadores por conta de outrem foi explicado sobretudo em grande medida pelo acréscimo de pessoas com um contrato de trabalho com termo. Ora, quer o elevado nível de desemprego quer a dimensão da precariedade, a par das severas medidas de austeridade impostas por este Governo, têm conduzido a uma dramática e inédita situação social e demográfica.

E a este propósito, recorde-se que recentemente a OIT, num documento onde analisa o impacto desta crise internacional no nosso país intitulado "Enfrentar a crise em Portugal: que caminhos para o futuro?", realçava os problemas do desemprego, das condições de trabalho precárias e da emigração, referindo que o país enfrenta uma forte deterioração do mercado de trabalho, alertando para a urgência em inflétir esta tendência.

\*Professora universitária

# Governo faz cortes pela calada

O Governo toma medidas “pela calada” ao suspender as pensões antecipadas e ao “guardar uma parte dos cortes para depois das eleições europeias”. A denúncia foi feita pelo vice-presidente da bancada do PS, Pedro Marques, a propósito da entrevista que o ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Pedro Mota Soares, concedeu à Rádio Renascença e ao Jornal de Negócios.

Em declarações à Comunicação Social, o parlamentar socialista sublinhou que, com as afirmações deste governante, fica confirmada a intenção do Executivo de cortar de forma retroativa e definitiva as pensões, incluindo as mais baixas.

Segundo Pedro Marques, Mota Soares confirmou cortes de pensões de forma “permanente e retroativa” ao longo da entrevista concedida, pelo que pode confirmar-se que “o Governo quer cortar pensões contributivas para as quais as pessoas descontaram a vida toda, até pensões que estão a ser recebidas pelos viúvos ou viúvas

daqueles que descontaram e já faleceram”.

“Ao contrário do que tem sido dito pelo ministro, e que tem de ser desmentido de forma veemente, temos um Governo que confirma cortes nas pensões mais baixas, já que corta o complemento solidário para idosos e o complemento de dependência”, apontou o deputado do PS, lembrando que o complemento solidário para idosos é recebido apenas pelos idosos que vivem abaixo do limiar da pobreza e o complemento de dependência era recebido por pessoas com pensões acima de 600 euros, mas que “não conseguem comer



ou fazer a sua higiene sozinhas”. Para Pedro Marques, “as políticas seguidas em matéria de pensões são estúpidas do ponto de vista económico, para além de serem desastrosas do ponto de vista social”.

“Ao mesmo tempo, este Governo também anuncia que mantém a intenção de proceder ao plafonamento, o que significa tirar receitas ao sistema público de Segurança Social”, vincou, para de seguida criticar veementemente o CDS-PP.

“O antigo partido dos pensionistas – antigo, porque nunca mais terá a veleidade de se apresentar com essa designação – quer

**PEDRO MARQUES**  
**“As políticas seguidas em matéria de pensões são estúpidas do ponto de vista económico, para além de serem desastrosas do ponto de vista social”**

privados”, apontou Pedro Marques, questionando de imediato: E como quer o antigo partido dos pensionistas financiar depois o sistema público de pensões? Cortando pensões retroativamente? É mau de mais para ser verdade!”.

O vice-presidente do GP/PS lembrou igualmente que, “por várias vezes, o secretário-geral António José Seguro interpelou o primeiro-ministro sobre a estratégia de transformar aquilo que é provisório e extraordinário em cortes permanentes de pensões. “Algo a que o primeiro-ministro nunca respondeu de forma direta”, concluiu Pedro Marques. ■ **M.R.**

financiar a retirada de receitas ao sistema público de Segurança Social para entregar uma parte a fundos de pensões

## SEGURO NO AMERICAN CLUB

# Europa precisa de mais solidariedade

O secretário-geral do PS defendeu num almoço-debate promovido pela Associação de Amizade Portugal/EUA em conjunto com o American Club of Lisbon e a Câmara de Comércio Americana em Portugal, que a Europa precisa de um novo “olhar para a soberania sem preconceitos”, não escondendo a preferência pelo modelo federal.

Seguro lembrou que a Europa tem sido construída por pequenos passos, “na base da intergovernamentalidade entre Estados”, aconselhando a que se mude de paradigma e se volte à “ousadia europeia”.

Neste sentido, defendeu a mutualização da dívida e a intervenção do BCE na problemática das dívidas soberanas.

Exemplos que, para o líder socialista, ajudam a compreender

que a União Europeia (UE) deve ser constituída na base da solidariedade e da igualdade, que são, como realçou, “princípios do federalismo”.

O líder do PS criticou a atual política da UE, acusando-a de ser “mais monetária que económica”, destacando a propósito o facto de haver 18 políticas orçamentais diferentes, sem que haja “uma união e uma coordenação política” comum.

“Como as coisas estão é que não podem continuar”, disse Seguro, salientando a incompatibilidade do atual status quo, onde impera uma associação de elementos confederais e outros de natureza federal, “uma ambiguidade” que torna a Europa “imperfeita e deficitária” no uso dos seus instrumentos.

“A minha geração – disse Seguro



**“A minha geração cresceu a pensar na Europa como uma grande avenida”**

– cresceu com o sonho europeu”, salientando que a UE tem sido

construída na base da cooperação dos países, não devendo inverter estes princípios de solidariedade e de igualdade. Devemos regressar ao tempo da “ousadia europeia”, à soberania partilhada, defendendo como um dos caminhos para se atingir

este desiderato que os eleitores possam escolher de forma direta o presidente da Comissão Europeia, aproximando deste modo eleitos e eleitores, dando assim mais um passo para a aproximação efetiva “entre quem governa e quem é governado.” ■ **R.S.A.**

## ADVOGADOS DE PRESOS POLÍTICOS

# Inesquecível dever cívico

*Por trás daquela janela  
Por trás daquela janela  
Faz anos o meu amigo  
E irmão*

*Na noite que segue o dia  
Na noite que segue o dia  
O meu amigo lá dorme  
De pé*

"Por trás daquela janela", do álbum "Eu vou ser como a toupeira", 1972

**José Afonso**

O Parlamento prestou homenagem a um grupo de mais de 150 advogados que defenderam presos políticos nos tribunais plenários durante a ditadura do Estado Novo, numa iniciativa promovida pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, o Movimento "Não Apaguem a Memória" (NAM) e a Ordem dos Advogados.

Na cerimónia, Jorge Sampaio que, tal como Mário Soares, consta entre os homenageados, enalteceu os presos políticos que "deram tudo pelos seus ideais, em alguns casos a própria vida", muitos "torturados pelos mais requintados e brutais métodos" e outros que foram "forçados ao exílio". "Sinto, sentimos, para com eles todos, ausentes e presentes, uma enorme gratidão, um grande respeito, uma imensa solidariedade", disse.

Francisco Salgado Zenha, Vasco da Gama Fernandes, Teófilo Carvalho dos Santos, Arlindo Vicente, Alcina Bastos, Armando Adão e Silva e Francisco Sousa Tavares foram alguns dos homenageados. Sobre os advogados em processos políticos na ditadura, o antigo Presidente da República lembrou que as "várias gerações" de profissionais



"marcaram para sempre a advocacia e a luta democrática", daí a homenagem ter "um significativo valor cívico e moral" e pretender ser "um contributo para o futuro coletivo" do país.

"Falando francamente, acho que cumprimos, o melhor que nos foi possível, um inesquecível e elementar dever cívico", realçou Jorge Sampaio.

### **Abrir novos caminhos de futuro**

Em relação ao 40.º aniversário do 25 de abril, que se assinala este ano, o antigo Presidente considerou que este é o momento para Portugal "abrir novos caminhos de futuro", numa altura de "pesada encruzilhada" como Estado e nação.

Sublinhou ainda a importância

de se pensar o país "de forma positiva" e construir uma sociedade "inclusiva, coesa e solidária em bases sustentáveis, aproveitando as enormes capacidades, talentos e potencialidades" de Portugal.

No final da sessão de homenagem, os presentes, de forma espontânea, cantaram "Grândola, Vila Morena", de Zeca Afonso. ■ **J.C. CASTELO BRANCO**

## Governo só pensa em eleições

António José Seguro acusou o Governo de estar a criar ilusões para "tentar manter-se no poder", num processo que o secretário-geral do PS não hesitou em descrever como a maior ofensiva de propaganda que já existiu na história da democracia portuguesa.

Durante a visita que realizou no dia 12 de fevereiro a Vila Nova de Gaia para participar em um dos diversos plenários de militantes que estão a ter lugar no país com a presença de dirigentes socialistas, o líder do PS fez questão de frisar que "na política não vale tudo". Considerando que, desta feita, o Executivo de direita "ultrapassou os limites", Seguro, visivelmente indignado, contestou "esta campanha eleitoral em que o Governo envolveu o país" e "estas ilusões em que continua a insistir".

Depois, perante uma vasta assistência, o líder socialista afirmou que Portugal está hoje pior do que quando Pedro Pas-

sos Coelho e a sua equipa governativa tomaram posse.

E de seguida alertou para que o Executivo de coligação se prepara para vender novas ilusões em vésperas de eleições.

"Viram o vice-primeiro-ministro dizer que em 2015 talvez pense baixar o IRS. Que lata! Então quem é que aumentou, quem é que promoveu o maior aumento de IRS da nossa história e da nossa democracia?", inquiriu o secretário-geral do PS, destacando que ouviu Passos Coelho "agradecer à 'troika' pelo contributo que tem dado ao nosso país" e salientando que "os portugueses não têm nenhuma razão para agradecer ao primeiro-ministro de Portugal".



### **"Está em marcha a maior ofensiva de propaganda que já existiu na história da democracia"**

António José Seguro reiterou que o Governo "empobreceu o país, tornou-o mais desigual e

verdadeiramente alguns dos problemas foram empurrados com a barriga".

"E quando nós ouvimos os cantos de sereia do Governo a dizer: temos que fazer um consenso. Consenso sobre o quê? Sobre a pobreza e sobre a desigualdade? Não", enfatizou.

A concluir o seu discurso, o líder socialista lembrou que

este Governo tem "uma agenda liberal, uma agenda ideológica, de desmantelar o Estado" e criticou as políticas de encerramento de serviços (tribunais, segurança social e finanças) bem como a agenda de privatizações em curso, com críticas e oposição clara ao plano para privatizar a Águas de Portugal. ■ **M.R.**

# PS contra a privatização da água

A privatização da Empresa Geral do Fomento (EGF), que trata dos resíduos e é altamente rentável, é o primeiro passo para privatizar as Águas de Portugal, alerta o PS, que tem vindo a manifestar a sua total oposição a mais este passo do Governo, inserido na sua fúria privatizadora e na sua cruzada contra tudo o que é público.

Em Torres Novas, no final de uma reunião com autarcas socialistas de todo o país, o secretário-geral do PS, António José Seguro, criticou a decisão do Governo de privatizar a EGF e denunciou que subjacente está a intenção da direita de privatizar a água.

“O Governo prepara-se para privatizar uma empresa que dá lucro, funciona bem e ganhou a confiança dos portugueses. Em segundo lugar vem a privatização da água”, alertou. Para o líder socialista, a aprovação da privatização da EGF é incompreensível e constitui “o primeiro passo” para a privatização da Águas de Portugal. “Estamos a falar de uma empresa que dá lucro, que é o

principal ativo das Águas de Portugal”, salientou, garantindo que “o PS está contra a privatização da EGF nos termos em que o Governo a aprovou e contra a privatização da água”. Afinando pelo mesmo diapasão, o deputado Mota Andrade já tinha anunciado uns dias antes que “o PS vai contra a

**PARA O PS, O PRINCÍPIO DA NÃO PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA É UM PRINCÍPIO SAGRADO**



proposta que o Governo entregou na Assembleia da República sobre a Lei de Bases do Ambiente” por desrespeitar “o princípio da não privatização da água”.

“Está em curso o processo de privatização de uma empresa que é do grupo Águas de Por-

tugal, a EGF, que é altamente rentável, e nós consideramos que isto é o início do desmantelamento da Águas de Portugal”, afirmou o parlamentar socialista.

E acrescentou: “Para nós, o princípio da não privatização da água é um princípio sagrado”.

Também o deputado do PS Pedro Farmhouse se pronunciou sobre esta questão, logo após o Governo ter anunciado no final do Conselho de Ministros a privatização desta sub-holding do grupo Águas de Portugal, considerando “precipitada” esta decisão. ■ **J. C. CASTELO BRANCO**

# PS defende gestão integrada para o litoral

Com o país a braços com um dos invernos mais rigorosos das últimas quatro décadas, a região costeira tem sido violentamente afetada nas últimas semanas. António José Seguro foi à Praia do Pedrógão ver a destruição causada pelos temporais e ouvir as preocupações da população, comerciantes e autarcas.

Perante o que está a acontecer ao litoral, e antes que seja tarde de mais, o secretário-geral do PS considera que a defesa da costa portuguesa deve obedecer a uma estratégia e a uma visão global, rejeitando o que classificou

de “intervenção pontuais” que só servem “para adiar os problemas”.

Para António José Seguro, o peso das operações ao nível regional e local tem um caráter residual, não resolvendo nem enfrentando os verdadeiros problemas da costa portuguesa. Iniciativas que, garante, podem apresentar aspetos positivos num determinado local, mas que certamente “terão implicações negativas noutros lugares”.

A solução tem de passar por uma “gestão global da costa”, devendo ser este o princípio orientador sobre qualquer ou-



tro de “natureza mais imediata ou localizada”, havendo por isso a necessidade de se avançar com uma “ação estrutural” que permita que Portugal conserve os areais e as praias com qualidade para continuar a atrair turistas.

O líder socialista critica o Governo por nada ter feito até agora e de “andar às aranhas” nesta como noutras matérias”. Lembrando que em 2012 houve uma revisão do plano de ação e valorização da costa portuguesa, o líder do PS la-

menta que o atual ministro do Ambiente já tivesse vindo a público defender que era preciso rever a estratégia. “Fala-se em milhões”, disse, mas depois “pede-se às câmaras municipais que sejam elas a substituir o Governo”. ■ **R.S.A.**

A faixa litoral soma uma extensão de 950 quilómetros, sendo aqui que se encontram as grandes cidades: Lisboa, Porto, Aveiro, Setúbal e Faro. Cerca de 75% da população vive e trabalha aqui, sendo gerado nesta área do território nacional cerca de 85% do PIB

**DESTINOS VENDAS NOVAS**

## Uma porta para o futuro



LUÍS DIAS

Se num destes dias decidir reunir a sua família e fazer um passeio por Portugal, para descobrir as maravilhas que ele nos reserva, o presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas, Luís Dias, propõe um roteiro: "Visite a cidade de Vendas Novas, a principal entrada do Alentejo, onde a qualidade de vida é uma prioridade".

"Local de gente hospitaleira", Luís Dias adianta que no concelho coabitam duas realidades ligadas ao desenvolvimento que Vendas Novas viveu ao longo da sua história: a realidade urbana com uma vocação para o desenvolvimento indus-

trial, alavancado pelas unidades de produção do sector automóvel e corticeiro, bem como o verdadeiro espírito alentejano, espelhado nas nossas paisagens e rostos".

O autarca sugere para as "tardes solarengas" uma visita ao antigo Palácio do Vidigal, por onde passaram príncipes e princesas, uma passagem pelo jardim público, e ainda uma ida à biblioteca e ao auditório, "espaços onde a cultura acontece".

Chegando ao centro tradicional, poderá também visitar o Museu do Regimento de Artilharia nº.5, antiga Escola Prática, e "deixe-se encantar pela flora existente

na zona circundante". Falar em Vendas Novas é "sinónimo de boa gastronomia". Por isso, Luís Dias convida-o a sentar-se à mesa e deliciar-se com "as nossas tradicionais bifanas", cujo segredo continua a ser pertença exclusiva dos vendasnovenses. Acompanhe este petisco com um bom vinho tinto das nossas castas.

"Se a estada se prolongar com todas estas propostas que lhe deixo, porque não dormir por cá? A oferta de alojamentos é de elevada qualidade e deixará, com toda a certeza, o desejo de um regresso próximo", afirma. ■ J.C.C.B.



**DESTINOS PORTO MONIZ – MADEIRA**

## Cenários idílicos e memoráveis



JOÃO EMANUEL CÂMARA

Na rota de uma inesquecível visita à Madeira, o Porto Moniz é paragem obrigatória para quem quiser conhecer o norte da ilha e levar na alma "cenários idílicos e experiências memoráveis", garante o autarca socialista João Emanuel Câmara.

E se são as suas piscinas naturais, brindadas pela beleza do mar, o detalhe mais fotografado pelo turista, o autarca do PS faz questão de frisar que o Porto Moniz é um concelho diversificado, que se estende do mar à serra, e onde se podem realizar passeios a pé nas levadas e pelo campo, em plena floresta Laurissilva (Património Mundial Natural

da Humanidade) e ainda ir aos banhos, à pesca, bem como participar em atividades náuticas.

Apesar de ser uma das localidades mais afastadas do Funchal, as boas vias de comunicação garantem uma viagem rápida de apenas 35 minutos. O Porto Moniz está, pois, a uma distância adequada para o repouso necessário e suficientemente perto para poder sair e conhecer o resto da ilha.

As infraestruturas são uma garantia de qualidade e segurança. Os hotéis modernos e bem equipados. Os espaços de restauração diversos e com propostas variadas: arroz de lapas no Seixal, espe-

tada em pau de louro no Chão da Ribeira, budião grelhado na vila do Porto Moniz, tudo bem guarnecido com produtos regionais e acompanhado com vinhos regionais de excelente qualidade.

A longa e forte tradição religiosa faz com que os arraiais mantenham a expressão mais viva da tradição e cultura locais.

Para além de festividades, as exposições interativas no Centro de Ciência Viva, o Aquário da Madeira e a descida no teleférico nas Achadas da Cruz são experiências imperdíveis, bem como a Feira Agropecuária (início de julho) e a Semana do Mar (fins de julho). ■ MR



## LIVROS

SUGESTÕES DE **JACINTO SERRÃO**



**O PREÇO DA DESIGUALDADE**  
Joseph E. Stiglitz

Com uma linguagem que consegue mostrar o mundo económico de forma clara e sistematizada, este livro escrito em 2012 por um Nobel da Economia e professor universitário

dos Estados Unidos da América aponta a austeridade como um condutor exímio para uma recessão ainda mais profunda, quebrando também mitos como aquele de que devemos celebrar a riqueza das elites do topo porque todos beneficiamos dela – e que tem sido usado para manter baixos os impostos sobre os grandes ganhos de capital. Afinal, no que toca às pirâmides em tempos de crise, apenas o meio e base têm sofrido a erosão da História.

Haverá tempo para mudar de rumo, nestes dias em que a esperança é vacilante? Uma excelente reflexão sobre a economia moderna.



**GESTÃO DA FELICIDADE – ENSAIO SOBRE UM FUTURO DESEJÁVEL**  
Carlos Zorrinho

Este ensaio sobre a gestão da felicidade e a crise global constitui um contributo para o regresso da política e em particular para o regresso das ideias progressistas ao poder em todos os pa-

tamares da sociedade democrática. Nesta obra, da autoria do deputado socialista Carlos Zorrinho, entende-se que pessoas mais felizes são o segredo duma sociedade económica e socialmente mais justa e sustentável. "Se a felicidade é a ausência de medo, há pelo menos duas formas de gerir: gerir pelo reforço do medo fazendo da miragem da felicidade (ou da vergonha de não TER) o motor da economia, ou gerir pela redução do medo fazendo da felicidade percecionada (ou do orgulho de SER) a base da dinâmica económica e social."

“ Só gente sem vergonha pode impor tão elevado nível de cortes e de sacrifícios aos portugueses e, em simultâneo, criar um perdão fiscal em que desperdiça 495 milhões de euros, para encaixar, em desespero, 1277 milhões de euros de receitas que mascaram o défice de 2013

## SEM LIMITES PARA A FALTA DE VERGONHA



António Galamba

Por vezes, quando há ocorrências de proteção civil, quando há destruição de produção agrícola ou quando a força do mar e das linhas de água fazem sentir todo o seu poder destrutivo, pode parecer que o Governo da maioria PSD/CDS já não mora aqui, tal é a sua ausência. Mas, depois, há os membros da maioria destacados para criarem cortinas de fumo sobre a realidade e os fabuladores que repetem à exaustão mentiras e meias verdades à espera de as converter em verdades percebidas.

Só gente sem limites pode conceber concursos de chefias da Administração Pública para vários anos, em que os que estão em funções ganham sempre e, ainda assim, falarem em rigor e em transparência.

Só gente sem vergonha pode impor tão elevado nível de cortes e de sacrifícios aos portugueses e, em simultâneo, criar um perdão fiscal em que desperdiça 495 milhões de euros, para encaixar, em desespero, 1277 milhões de euros de receitas que mascaram o défice de 2013.

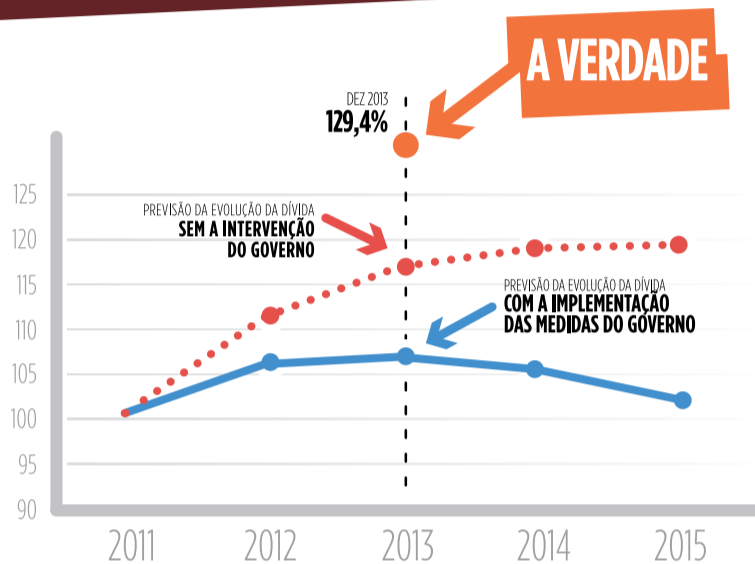
Só gente sem vergonha pode falar em sinais positivos, sem ver a outra face das estatísticas, onde está o aumento do número de casais no desemprego (a subir há 5 meses – 12.713 em dezembro de 2013); o aumento do desemprego jovem; a informação de que 55% do aumento das exportações se devem à venda de combustíveis para o exterior ou a sangria de cidadãos a emigrarem.

Só gente sem vergonha pode falhar no desemprego, no défice e na dívida pública; pode cortar na saúde mais 75% do que o previsto no memorando. pode revelar uma incapacidade total para concretizar uma alternativa às Novas Oportunidades; pode insistir em mutilar a escola pública; a proteção social e os serviços públicos; e, ainda assim, falar em milagre português.

Portugal e a Europa precisam de um novo rumo. A 25 de maio tenhamos presente a memória de três anos para darmos esse novo rumo. ■

# A CAMINHADA IMPARÁVEL DESTE GOVERNO EM TERMOS DE DÍVIDA

(ANUNCIOU, DIA 31 DE JANEIRO, QUE TINHA ATINGIDO OS 129,4% DO PIB)



MAS, POR IRONIA, O GOVERNO TERMINA 2013, VIOLANDO O COMPROMISSO DA DÍVIDA PÚBLICA MAS TAMBÉM EXCEDENDO O PESO DA DÍVIDA NA AUSÊNCIA DE MEDIDAS.

ENTÃO, PARA QUE FORAM TODAS ESTAS POLÍTICAS DE

## AUSTERIDADE E OS SACRIFÍCIOS EXIGIDOS AOS PORTUGUESES?



NOVO RUMO PARA PORTUGAL

WWW.PS.PT

### FOTOGRAFIAS COM HISTÓRIA

9 novembro, 1974  
**TITO DE MORAIS, UM SOCIALISTA DE EXCEÇÃO**

Há socialistas de exceção e in-substituíveis. Manuel Tito de Morais é um deles. Nos primeiros dias de liberdade passados em Portugal, as reuniões e comícios multiplicavam-se e Tito de Morais quis ficar na organização do Partido Socialista. “Vocês vão para o Governo, eu fico a organizar o partido”, disse o histórico militante socialista a Mário Soares e outros dirigentes. E assim aconteceu. Era a hora de



criar estruturas, mobilizar, politizar, lançar as bases organizativas do partido na legalidade.

Nesta foto, Tito de Morais dá o exemplo, colando cartazes com outros camaradas. ■ J.C.C.B.

